

Artigo

Picadeiro sem animais

Brasília, 03 de junho de 2009. Hoje, escrevemos mais uma importante página de um dos capítulos da defesa animal no País.

Na manhã de hoje, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o Substitutivo do Projeto de Lei 7.291/2006, que proíbe o uso de animais em circos em todo o território nacional.

Refiro-me a essa vitória como apenas uma das páginas de um dos muitos capítulos porque esse PL ainda está longe de ser aprovado, pois ainda terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, seguindo para o Senado Federal, onde passará por novas comissões. Ainda assim, a vitória de hoje na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, onde o projeto esteve tramitando por longos dois anos e meio e causando grande apreensão, é certamente um momento determinante.

Diferentes grupos e indivíduos dedicados à proteção e defesa animal trabalham com a questão dos animais em circo há mais de uma década.

Alguns desses

estiveram presentes no Plenário 10 da Câmara dos Deputados na manhã de hoje e muitos fizeram parte em tantos outros momentos, participando de reuniões e audiências públicas, visitando gabinetes e articulando de muitas outras formas com os parlamentares.

Hoje pudemos sentir aliviada uma tensão que se acumulava há muitos meses. Entre uma série de adiamentos de audiências públicas que por fim não se realizaram e os também seguidos adiamentos nas votações, o movimento mostrou-se por muitas vezes desestimulado diante da desarticulação causada por esses cansativos processos. Aos ativistas que se mantiveram fortes e disponíveis enquanto os colegas estavam impossibilitados, fazendo os sacrifícios que foram necessários, todos os esforços foram recompensados na manhã de hoje. Mas é importante saber que há muitos embates pela frente até que seja aprovada em definitivo no País uma legislação em favor da abolição do uso de animais em circos.

Estar em Brasília em busca da atenção dos parlamentares não é tarefa fácil. Raramente é possível ter contato com eles, ficando a comunicação restrita aos seus assessores. Alguns informam uma posição firme do parlamentar, enquanto outros informam a posição de maneira duvidosa. Muitos se mostram mal-informados ou pouco desejosos por receber a informação, enquanto outros informam simplesmente que votarão de acordo com o que for determinado pelo partido. Ou seja, a maior parte deles nos deixa inseguros sobre o seu posicionamento. Pelo que pude aprender em visita aos gabinetes, tudo é

decidido às pressas e com falhas de comunicação, o que só aumenta a possibilidade de prevalecer a desinformação, já que apenas a informação seguida de ponderação é capaz de criar um espaço de qualidade para a tomada de decisão sobre um assunto de tamanha importância.

Na tarde de ontem, a informação era a de que a negociação girava em torno de três questões: a exclusão do termo “congêneres” do texto do substitutivo (havia temor de que os rodeios pudessem ser afetados por essa lei), a extensão do prazo previsto para a destinação dos animais de três para seis anos e a exclusão da proibição dos animais domésticos (o que significaria que poderiam continuar a serem usados). Propunham os opositores que, havendo o aceite dessas três condições, a matéria seria aprovada. Aceitar a exclusão do termo “congêneres” e o aumento do prazo era consenso entre os ativistas presentes. Já com relação à exclusão dos animais domésticos, o posicionamento foi firme no sentido de não aceitar negociações com relação a isso.

Em conversa com a assessoria do relator do Substitutivo do PL na noite de ontem (horas antes da votação), o meu posicionamento pessoal foi o de que se os animais domésticos fossem excluídos da proibição, seria da minha preferência que a matéria fosse rejeitada por completo, pois preferiríamos que não houvesse uma lei caso essa fosse tão imensamente incoerente ao ponto de excluir algumas espécies animais enquanto mantinha as outras. Ora, ou o nosso argumento moral vale para todas as espécies ou ele não valerá. Idem para os nossos argumentos sanitários e de

“ Uma pilha de papel, com 70 cm, declarava o posicionamento de 100 mil cidadãos contrários à presença de animais em circos ”

segurança, pois os riscos oferecidos à população são semelhantes independentemente da espécie, ainda mais quando se trata de uma atividade de natureza itinerante. Além dessas, também no que diz respeito à educação, que é a matéria da Comissão de Educação e Cultura, o prejuízo causado à formação de uma criança que é convidada a divertir-se com a humilhação de um chimpanzé ou o subjugo de um leão é o mesmo ainda que os sujeitos de tal tratamento sejam substituídos por um cavalo, um cachorro, ou qualquer outro animal.

Por fim, o texto apresentado para votação atendia às solicitações que se referiam à extensão do prazo e à exclusão de atividades congêneres, ficando mantido o posicionamento em relação à abolição do uso de qualquer espécie animal, excetuando-se dessa apenas os animais humanos. No entanto, durante a votação, a negociação da exclusão dos animais domésticos voltou ao debate no Plenário. Aqueles que se opunham ao substitutivo declararam-se dispostos a aceitar todos os outros termos do PL desde que os animais domésticos fossem excluídos da proibição. Essa parecia ser uma proposta bastante tentadora, haja vista que era pouco certa a aprovação da matéria caso o embate caminhasse para a decisão pelo voto (que é o oposto da decisão por acordo). No intuito de exercer pressão, os parlamentares em oposição ao texto alertavam aos outros deputados sobre o risco de perderem na votação caso o acordo para a exclusão dos domésticos não fosse aceito. No entanto, para a sorte dos animais de todas as espécies, os parlamentares que discursavam em favor dos animais mantiveram-se sóbrios e firmes em sua posição, a qual foi condizente com a proposta da libertação animal.

Cidadãos comuns não têm direito à voz durante a votação, mas podem estar presentes em silêncio. Éramos cerca de 40 ativistas contra um número semelhante de circenses. Os ativistas posicionaram-se de maneira ordenada na penúltima fila exibindo faixas e cartazes, que foram momentaneamente ofuscados pela pilha de abaixo-assinados que foi colocada sobre a mesa que ocupávamos. As 100 mil assinaturas, colhidas por grupos espalhados por todo o País e cujo transporte foi confiado ao VEDDAS para ser protocolado na manhã de hoje, desfilou no dia anterior pelos gabinetes dos parlamentares em 50 kg de papel. Outras folhas, trazidas por outros grupos e indivíduos, foram agregadas a essa pilha que, com seus 70 cm de altura, declarava o posicionamento de 100 mil cidadãos contrários à presença de animais em circos.

O Deputado Ricardo Tripoli, segundo parlamentar a fazer o uso da palavra, foi quem trouxe a atenção dos outros parlamentares para a platéia de defensores dos direitos animais. Nesse momento, ele pediu a permissão da presidente da Comissão de Educação e Cultura para que o VEDDAS entregasse os abaixo-assinados que portava em nome de outros grupos. O pedido foi aceito, mas não sem antes fazer o convite aos circenses para fazerem o mesmo, ao que eles responderam apresentando um tímido maço de abaixo-assinados com menos de cinquenta folhas. A presidente da Mesa recebeu das minhas mãos e posicionou devidamente as 100 mil assinaturas que me foram confiadas, dando

continuidade aos trabalhos. A todos os que assinaram esse abaixo-assinado, saibam que a apresentação das suas assinaturas pode ter feito toda a diferença na decisão dos parlamentares presentes.

Encerradas as exposições por parte dos parlamentares, houve uma breve movimentação no sentido de negociações entre eles. Das alterações propostas, a única acatada pelo relator foi a de estender para oito anos o prazo para a destinação dos animais. Em seguida, a matéria foi colocada em votação e, sem deixar que a tensão se alongasse, o texto foi rapidamente aprovado por unanimidade, o que provocou uma comemoração espontânea entre os ativistas.

Muitos grupos estiveram presentes no momento da votação. Além da presença do VEDDAS de São Paulo, destaco a presença da ADI de Londres, ANIDA do Rio de Janeiro, Coletivo Madu do Distrito Federal, Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, ProAnima do Distrito Federal e WSPA, que se manifestaram em voz uníssona durante os trabalhos. Apesar de sabermos não ter sido sempre assim na trajetória desse tema, é certo que a atitude positiva em efeito hoje na Câmara dos Deputados também esteve em efeito nas últimas semanas entre grupos e indivíduos que atuam pelo mesmo objetivo no que se refere à abolição do uso de animais em circos e que não puderam estar presentes na data de hoje.

Há muitos caminhos que, inexoravelmente, colocarão a exploração de animais não-humanos nos capítulos mais vergonhosos da história da nossa civilização. O caminho que faz uso dos processos legislativos é um deles e por isso devemos aprender a usá-lo. Nesse caminho, onde os parlamentares são os únicos a terem voz no momento da votação, não devemos nos esquecer de que somos nós que damos voz a eles. Para aqueles de nós que escolhemos fazer uso de nossa voz em favor de outrem, ainda que esse outrem não nos tenha elegido por meio de processos eleitorais, lembremo-nos de que somos a ponte entre eles e aqueles que têm o poder de legislar de forma que possa ser favorável à sua libertação.

Ofereço meus agradecimentos pessoais à Ana Nira, Marina Corbucci, Renata Martins e Sônia Fonseca, cujo apoio e orientação foram preciosos para a realização do trabalho no qual eu propus me engajar por esse breve período.

Acesse www.veddas.org.br/circos/fotos.htm e veja as fotos que ilustram os acontecimentos narrados nesse texto.



Por Dr. George Guimarães

Presidente do VEDDAS - Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade, nutricionista especializado em dietas vegetarianas, diretor da NutriVeg e proprietário dos restaurantes VEGETHUS

www.veddas.org.br
www.nutriveg.com.br
www.vegethus.com.br

